

Alunos paulistas preferem cursos de formação geral

por Fátima Laranjeira
de São Paulo

Apesar da esmagadora maioria da população brasileira desejar cursos profissionalizantes, como constatado em recente pesquisa, os alunos de São Paulo buscam o ensino geral de segundo grau. Essa é a avaliação da Secretaria Estadual de Educação, que computa 82,8% de 1,250 milhão de alunos da rede cursando a formação geral. "Embora a clientela explice um desejo de formação profissional, na prática prefere os cursos de formação geral", avalia Eleny Mitrulis, coordenadora de projetos de fortalecimento educacional da Secretaria de Estado da Educação. O órgão está reavaliando a formação profissionalizante, que deve passar por uma maior discussão em todo o meio educacional, já que o Ministério da Educação pretende alterar a estrutura dos cursos.

Segundo pesquisa divulgada na semana passada, no 4º Congresso de Qualidade em Educação, em Belo Horizonte, 90% dos entrevistados queriam que as escolas adotassem cursos profissionalizantes a partir da 5ª série. A pesquisa, no entanto, não avaliou especificamente o tipo de formação desejada.

Dos matriculados em cursos profissionalizantes no ensino estadual de São Paulo, que reúne 32% dos secundaristas do País, 10,5% fazem magistério, 4% estão em cursos ligados a serviços, como secretariado, contabilidade, administração e processamento de dados, e o restante em cursos da área secundária, como mecânica e metalurgia.

A Secretaria de Educação está reavaliando os cursos profissionalizantes ministrados por sua rede, que já foi reestruturada. No começo de 1994, passou 72 escolas com formação na área tecnológica para a administração direta do Centro Paula Souza, uma autarquia ligada à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), mas

ainda tem 76.150 alunos em habilitações profissionais.

A idéia é que os cursos sejam reformulados: "A formação profissional deve ter uma maior aplicabilidade, preparando para uma família de ocupações e não para uma área apenas", ressalta Eleny. Entre as alternativas estudadas pelo estado, está o estabelecimento de parcerias com "agências mais vocacionadas", como Senai, Centro Paula Souza e Escola Técnica Federal. A intenção é encontrar caminhos intermediários para unir o ciclo básico do segundo grau à profissionalização: "Podemos, por exemplo, dar a formação geral na rede estadual e pagar cursos complementares que o aluno faria fora", afirma Eleny Mitrulis.

Secretaria da Educação está reavaliando cursos profissionalizantes ministrados pela sua rede

Já a diretora do Departamento de Ensino da Escola Técnica Federal de São Paulo, Carmém Monteiro Fernandes, faz uma avaliação diferente da Secretaria da Educação. Para ela, a oferta de cursos profissionalizantes é muito restrita e, por isso, os alunos acabam optando por uma formação geral de melhor nível. Ela acredita que há uma grande distância entre as instituições de ensino e o mercado de trabalho, e que isso deveria ser melhor pesquisado.

Para estudar melhor o perfil dos seus cursos, a escola, que tem 4,5 mil alunos, está fazendo uma pesquisa com ex-alunos que se formaram nos últimos dez anos para saber onde eles efetivamente se empregaram e se o perfil dos cursos são adequados. A escola tem um dos concursos de admissão mais concorridos de São Paulo, com 18 mil candidatos para setecentas vagas, e oferece cursos regulares de mecânica,

edificação, eletrotécnica, eletrônica, telecomunicações e processamento.

O perfil dos cursos profissionalizantes, e sua adequação ao mercado de trabalho, sempre foi muito discutido por educadores. Agora, pode novamente passar por mudanças. O Ministério da Educação encaminhou recentemente à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 1.603, que, entre outras coisas, estabelece a desvinculação do ensino do segundo grau do profissionalizante, o que vem provocando polêmicas. Para Fábio Aidar, diretor regional do Senai-SP, a separação é positiva, já que o aluno poderá escolher qual dos cursos quer realmente fazer.

Maior instituição de ensino profissionalizante do País, o Senai ministra tanto cursos apenas profissionalizantes como os que também têm equivalência com o segundo grau. Treinou em 1995, só em São Paulo, um milhão de pessoas em cursos e treinamentos de qualificação e especialização. Para Aidar, os dados de acompanhamento dos alunos egredidos pesquisados pela entidade demonstram uma elevada taxa de empregados na área até três anos após a diplomação e a adequação dos cursos ao mercado de trabalho: nos cursos de habilitação profissional (com equivalência de segundo grau), os empregados são 76,2%; nos de qualificação profissional (não equivalente ao segundo grau), os empregados chegam a 92,5%; e na aprendizagem industrial são 67,6%.

Almério Melquiades de Araújo, responsável pelo grupo de atividades técnico-culturais da Coordenadoria de Ensino Técnico do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, não concorda com a separação da formação propedéutica da profissional pretendida pelo ministério: "Vai jogar fora toda uma experiência, para avaliar uma outra possibilidade, que não sabemos se dará certo", afirma.